



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

**E**m matéria de prevenção de incêndios as escolas públicas e particulares da capital sergipana estão deixando muito a desejar. Tal informação foi levantada na manhã de ontem, 27, durante uma audiência no Ministério Público Estadual (MPE) que contou com a participação de diretores de colégios privados e o Corpo de Bombeiros.

De acordo com o promotor de Justiça, Fausto Valois, das 179 escolas particulares localizadas em Aracaju, apenas 31 possui o atestado de regularidade do Corpo de Bombeiros quanto à prevenção de incêndios e pânico. Já nas escolas estaduais e municipais o problema é pior, pois nenhuma delas possui tal certificação de segurança.

Valois expôs que a audiência de ontem foi a quinta realizada com diretores de escolas particulares e que, aos poucos, elas estão conseguindo se regularizar. Mas no caso das escolas do Estado e do Município a situação se complica, já que, segundo o promotor, o Estado teria se negado a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), como também os antigos gestores da Prefeitura Municipal de

Aracaju, para tentar resolver o problema, obrigando ao Ministério Público entrar com Ações Civis Públicas.

“Na medida em que nós fomos recebendo os laudos, entramos com Ações Civis Públicas, principalmente frente ao Estado e ao Município de Aracaju, pois nenhuma das escolas do Estado ou município está regularizada no que diz respeito a incêndio e pânico. Temos ações também de 2011 já tramitando em relação ao Estado e ao Município que estão pendentes de julgamento no poder judiciários. Já existe inclusive uma decisão liminar para que as escolas sejam adequadas, mas, até a presente data, nenhuma escola pública tem o atestado de regularidade, foi inclusive a informação que obtivemos agora no Corpo de Bombeiros”, afirmou.

Ele citou que nas escolas públicas há uma problemática muito grande em relação às mangueiras de botijão de gás, como também o armazenamento desse botijão de forma inadequada. Há também a falta de extintores de incêndio. O promotor de justiça ressalta que o MPE está aberto para criar um TAC com a nova gestão da PMA. “A antiga administração da PMA não

quis firmar um TAC, mas se houver uma modificação e um interesse de fazer um Termo e somar esforços com o MPE, estamos à disposição do Município, se não houver esta possibilidade, entraremos também com medidas judiciais cabíveis”, alertou.

As escolas particulares – O promotor expôs ainda que essas ações do MPE em parceria com

Das 179 escolas particulares de Aracaju, apenas 31 possuem atestado do Corpo de Bombeiros. Já as públicas, nenhuma possui

# Escolas não possuem prevenção a incêndios